

ANEXO IX – TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBRAS DE ENGENHARIA

Processo Administrativo nº 158731/2025

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Contratação de empresa prestadora de serviços de construção civil para execução de obra construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, vinculada ao Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo e o Município da Estância Turística de Olímpia.

1.1.1 – Considera-se este objeto como obra comum de engenharia, conforme o artigo 6º, inciso XII, conforme nota técnica IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas) IBR n.º 01/2021 nos termos do art. 55º, Inciso II, alínea “a” da Lei 14.133/2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	CONSTRUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA MIGUEL SAID AIDAR, NO BAIRRO SANTA EFIGÊNIA.	3.01.03.0371-0	SV – Serviço	1

Tabela 01. Descrição básica das Obras.

1.2 – O objeto desta contratação compõe uma série de serviços, classificados coletivamente como obra, nos moldes do Inciso XII, do art. 6º da NLLC, enquadrando-se como uma obra comum de engenharia, uma vez que o objeto trata-se de contratação de empresa prestadora de serviços de construção civil para execução de obra construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia.

1.3 – O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses, contados a partir da assinatura do contrato, já considerados os prazos de recebimento provisório e definitivo do objeto, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 – O prazo de vigência da contratação incluirá:

1.4.1 – Liberação do repasse do recurso para início da obra pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo;

1.4.2 – Períodos de chuvas;

1.4.3 – Mobilização da empresa para implantação do canteiro de obras;

1.4.4 – Execução total da obra;

1.4.5 – Desmobilização do canteiro de obras;

1.4.6 – Emissão e prazo para pagamento dos serviços executados.

1.5 – O prazo de execução da obra será de 4 (quatro) meses e passará a ser contabilizado a partir do efetivo início dos serviços, ou seja, após a autorização da Divisão de Captação de Recursos e Prestação de Contas, da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais, indicando o recebimento do repasse do recurso pelo Governo do Estado de São Paulo.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

1.5.1 – Caso o repasse do recurso ocorra em período de chuva, impedindo a execução do objeto, o início da obra poderá ser prorrogado desde que a seja justificado e autorizado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo.

1.5.2 – O cumprimento do prazo acima aludido não poderá ser satisfeito mediante a redução da qualidade dos serviços executados ou em prejuízo à segurança de seus funcionários ou de terceiros.

1.6 – As obras relativas ao objeto deverão ser executadas em sua integridade e em total conformidade com os projetos básicos, executivos, memoriais e demais documentos técnicos disponíveis nos anexos do presente Termo de Referência.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – O projeto ora apresentado visa cumprir uma etapa do Plano Diretor de Drenagem Urbana e Estudos de Microdrenagem – Bacia dos Córregos do Matadouro e Preto, desenvolvido e financiado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

A Rua Miguel Said Aidar, localizada no bairro Santa Efigênia, apresenta recorrentes problemas de acúmulo de águas pluviais em períodos chuvosos, ocasionando alagamentos, erosões no pavimento e comprometimento da mobilidade urbana. A ausência de sistema adequado de drenagem tem causado prejuízos à infraestrutura viária, à segurança dos pedestres e veículos, além de gerar transtornos aos moradores e comerciantes da região.

A execução de galerias de águas pluviais nesta via é necessária para garantir o escoamento adequado das águas, evitando inundações e prolongando a vida útil do pavimento. A obra contribuirá para a melhoria da infraestrutura urbana, aumento da segurança da população, valorização imobiliária e redução dos custos com manutenções corretivas constantes.

Logo, a contratação se mostra imprescindível para sanar uma demanda antiga da comunidade, atendendo ao interesse público e promovendo melhores condições de tráfego, salubridade e qualidade de vida no bairro Santa Efigênia.

2.2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

A presente contratação, que tem por objeto construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, não foi originalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente, uma vez que a necessidade da intervenção emergiu posteriormente à elaboração e aprovação do referido plano.

A inclusão da obra de construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, de forma excepcional ao Plano de Contratações Anual, justifica-se em razão da necessidade emergente de intervenção na infraestrutura de drenagem local.

Os episódios recentes de chuvas intensas agravaram os problemas de escoamento superficial, ocasionando alagamentos frequentes, deterioração acelerada do pavimento, comprometimento da mobilidade urbana e riscos à segurança de pedestres e motoristas.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

A ausência de sistema de drenagem adequado tem gerado transtornos à população residente e impactos negativos ao comércio e à trafegabilidade da via.

Diante deste cenário, a execução das galerias pluviais mostra-se medida indispensável e inadiável para assegurar a adequada funcionalidade do sistema viário, a preservação do patrimônio público e a melhoria das condições de salubridade e qualidade de vida no bairro.

Assim, a inclusão excepcional no Plano de Contratações Anual encontra respaldo no interesse público, no caráter emergencial da obra e na necessidade de adequação do planejamento às situações supervenientes, que não puderam ser previstas no momento da elaboração do plano.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 – Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de construção civil para execução de obra construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, vinculada ao Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo e o Município da Estância Turística de Olímpia.

3.2 – Serão executados pela contratada os serviços a seguir:

- **(Nível 1) Serviços Preliminares:** está previsto a instalação de placa de identificação da obra, seguindo as dimensões e normativas do convênio;
- **(Nível 2) Canteiro de Obras:** compõe as instalações do Canteiro de Obras incluindo container para depósito de materiais e ferramentas, e também container do tipo sanitário para uso dos funcionários, além de tela de nylon para proteção e isolamento da obra durante a execução dos serviços de abertura de valetas para assentamentos de tubos, construção de poços de visita e bocas de lobo, entre outros serviços;
- **(Nível 3) Administração Local:** para a execução da obra será necessário o acompanhamento por uma equipe de topografia e também por um(a) engenheiro(a) a fim de garantir a execução dos serviços em conformidade com os projetos e especificações técnicas;
- **(Nível 4) Serviços Iniciais:** compõe a execução de todos os serviços de demolição mecanizada para execução da obra, sendo: pavimento asfáltico, calçamento, bocas de lobo existente a serem substituídas, guia/sarjeta e o muro de arrimo do canal do Córrego Olhos D'água, bem como, o carregamento e transporte dos entulhos até o local indiciado pela contratante;
- **(Nível 5) Movimento de Terra:** trata-se da execução dos serviços de escavação mecanizada das valas com profundidades de até 4 metros, execução de sistema de escoramento das valetas com estacas e pranchas metálicas para atendimento as normas

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

de segurança do trabalho, regularização/compactação de superfície e reaterro do solo mecanizado com compactação mínima de 95% do PN (proctor normal);

- **(Nível 6) Drenagem:** compõe a execução do lastro de pedra britada no fundo das valas e o assentamento dos tubos de concreto do tipo PA-2 e PA-4 com diâmetros de 600 mm, 1000 mm e 1500 mm a ser executado pela contratada seguindo o traçado e níveis estabelecidos no projeto básico;

- **(Nível 7) Dispositivo de Drenagem:** deverá ser executado os dispositivos de drenagem para captação e transição das redes de acordo com as dimensões e detalhamentos especificados no projeto básico e memorial descritivo, compõe a execução de: caixas de transição com degrau, bocas de lobo dupla e simples com tampa de concreto, grelhas de ferro fundido, poços de visita em concreto e tampão de ferro fundido;

- **(Nível 8) Pavimentação:** a contratada deverá executar os serviços de pavimentação asfáltica para recomposição das vias demolidas durante a obra, considerando os serviços de: execução de melhoria e preparo do subleito, sub-base em solo fino, base em BGS (brita graduada simples), imprimação impermeabilizante, imprimação ligante, e acabamento com capa de CBUQ (camada de rolamento em concreto betuminoso usinado a quente). Todas as camadas de pavimento (subleito, sub-base, base e capa) deverão ser analisadas pela contratante antes da execução da camada superior, portanto, a medida que as camadas do pavimento estiverem concluídas, a contratada deverá informar o fiscal da obra com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas a fim de agendar e solicitar a realização dos ensaios. Os serviços de aplicação do CBUQ deverão ser executados em etapas, a ser definido com a contratante e de acordo com a evolução da obra, a fim de liberar o trânsito na Avenida Aurora Forti Neves e acesso de veículos dos moradores;

- **(Nível 9) Serviços complementares:** compõe a reconstrução do muro de arrimo do canal do Córrego Olhos D'água, demolido para a construção da galeria, considerando a execução das estruturas de concreto armado, chapisco, emboço desempenado, impermeabilização e pintura com tinta acrílica;

- **(Nível 10) Calçamento:** foi previsto a reconstrução dos passeios de concreto desempenado a ser demolido e danificados na Avenida Aurora Forti Neves e das edificações da Rua Miguel Said Aidar;

- **(Nível 11) Serviços de reparos em rede coletora de esgoto:** a Contratada deverá realizar os reparos necessários nas redes coletoras e ramais de esgoto que interferir na execução da obra, sendo que todos os reparos deverão ser discutidos e aprovados in loco pela Sabesp (responsável pelas redes do Município) antes da sua execução;

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

• **(Nível 12) Serviços de reparos em rede de água potável:** a Contratada deverá realizar os reparos necessários nas redes e ramais de água potável que interferir na execução da obra, sendo que todos os reparos deverão ser discutidos e aprovados in loco pela Sabesp (responsável pelas redes do Município) antes da sua execução.

3.3 – Enquadramento do Objeto

3.3.1 – Classifica-se este objeto como Obra Comum de Engenharia, disposto no art. 6º, Inciso XII, subsidiário aos critérios explanados na Nota Técnica IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas) IBR nº 01/2021; diante da baixa complexidade técnica do objeto, de execução frequente pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, haja vista a metodologia construtiva usual no mercado, com a ampla concorrência em virtude da elevada disponibilidade de empresas aptas a se habilitarem para o presente certame.

3.4 – Regime de Execução

3.4.1 – O regime de execução deste objeto será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, disposto no inciso I, do art. 46, NLLC.

3.5 – Modalidade Licitatória

3.5.1 – A modalidade de licitação será a CONCORRÊNCIA, disposta no inciso II, do artigo 28, conforme o § único, do artigo 29, da norma.

3.6 – Critério de Julgamento

3.6.1 – O critério de julgamento será o MENOR PREÇO, disposto no inciso I, do artigo 33, da norma. A utilização do critério em comento leva em consideração o menor dispêndio para administração, diante do caso concreto, respeitando os parâmetros mínimos de qualidade almejados para o objeto.

3.7 – Modo de Disputa

3.7.1 – Será adotado o modo de disputa ABERTO.

3.8 – Não será adotado sigilo do orçamento de referência que subsidia esta contratação.

3.9 – Nos casos de antecipação do prazo de entrega da obra, a remuneração dos serviços correrá proporcionalmente ao total efetivamente executado, vedada a redução da qualidade dos serviços. Não será admitida a prorrogação do prazo de execução da obra, sem motivo pertinente e adequado a ser apreciado pelo Gestor e/ou Fiscal Técnico do Contrato, guardado o devido processo legal.

3.10 – A definição do critério de aceitabilidade da proposta é abordada neste Termo de Referência, devendo ser adotado o método de limitação dos preços unitários (MLPU), vedada a adoção de preços unitários superiores aos orçados pela administração.

3.11 – A Contratada não será isenta da garantia quinquenal prevista no §6º, do artigo 140, da Lei nº 14.133/21.

3.11.1 – A Contratada deverá executar os reparos decorrentes dos vícios e defeitos apurados pelos técnicos da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, dentro do prazo legal previsto na norma, devendo manter contato atualizado junto à

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Divisão de Projetos e Obras através do endereço eletrônico: obras@olimpia.sp.gov.br. Os chamados serão realizados por servidores da pasta, via contato eletrônico ou diretamente com o preposto e/ou responsável técnico. O prazo para o efetivo atendimento não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos.

3.12 – A Contratada deverá apresentar garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, com fulcro no artigo 98, dentre as modalidades previstas no artigo 96 da NLLC.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, projeto básico e executivo devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2 – A Resolução CONAMA 307/2002 em seu artigo 2º, inciso I, define resíduos de construção civil como: *“(...) os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha”*.

4.3 – Sendo os resíduos passíveis de serem gerados são classificados como pertencentes às classes A, B, C e D, segundo o artigo 3º da Resolução CONAMA acima referida.

- a) Classe A – resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:
 - De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem.
 - De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto;
 - De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas de concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.), argamassas e concreto.
- b) Classe B: são resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);
- c) Classe C: são resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a reciclagem ou recuperação (Redação dada pela Resolução nº 431/2011);
- d) Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e outros materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde (Redação dada pela Resolução nº 348/04).

4.4 – A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do

Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010.

4.5 – Atender, no que couber, os requisitos da Lei Municipal n° 4.041/2015 – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Estância Turística de Olímpia, subsidiariamente ao disposto em tópicos específicos do Plano Diretor (Lei Complementar n° 254/2021) e Código de Obras (Lei Complementar n° 256/2021).

4.6 – A Contratada deverá ter como objetivo a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.7 – Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas. Devendo ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

- **Classe A:** deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de preservação de material para uso futuro;

- **Classe B:** deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

- **Classe C:** deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

- **Classe D:** deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.7.1 – No caso da geração de resíduos decorrentes de “bota-fora”, em virtude de serviços de demolições, estes serão transportados e depositados em área pública municipal com autorização da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura (SMOEI), visando a economicidade da contratação na qual a correta destinação ficará por conta da CONTRATANTE.

4.8 – As embalagens de tintas utilizadas deverão ser submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da lei 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens, em conformidade com a Resolução CONAMA n° 307, de 05 de julho de 2002.

4.8.1 – As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de classe B.

4.8.1.1 – O parágrafo 1°, do artigo 3°, da Resolução CONAMA n° 307 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas um filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulos de resíduos de tinta líquida.

4.8.2 – Atendendo ao requisito acima, o recipiente deverá ser direcionado para canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral.

4.9 – Devendo atender também aos requisitos constantes do Decreto n° 37.952/1999, que regulamenta a coleta o transporte e a destinação final de entulho, terras e sobras de matérias de construção e regulamenta a Lei n° 10.315/1987.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

4.10 – Atendendo ainda aos requisitos constantes no Plano Municipal de Resíduos Sólidos do Município de Olímpia, através da Lei nº 4.041/2015 e subsidiariamente as Normas ABNT NBR nº 15112, 15113 e 15114.

Demais requisitos de contratação

4.11 – Deverão ser fornecidos dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para os visitantes (autoridades públicas, assessores etc.), capacete, óculos de proteção e protetor auricular, durante a realização de eventuais visitas institucionais.

4.12 – A instalação da placa de obra correrá às expensas da Contratante, e deverá ser executada de acordo com as normativas do Município e do convênio, na qual deverá constar o nome do responsável técnico pela execução da obra, com a identificação da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART). A placa deverá ser fixada em local visível, indicado pelo fiscal técnico do contrato.

4.13 – Antes do início da obra, deverá ser realizada reunião preliminar do fiscal técnico do contrato junto ao preposto (equipe técnica) da CONTRATADA, e profissionais técnicos da Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura e também técnicos da Secretaria Municipal de Segurança, Transito e Mobilidade Urbana, visando a promoção e o alinhamento dos ajustes necessários para o início da obra, interdições e desvios de vias, cumprimento do cronograma, resolver dúvidas de projeto, entre outros assuntos, no intuito de mitigar quaisquer impactos negativos na execução do objeto.

4.14 – No caso da necessidade de utilização de energia elétrica para o desenvolvimento dos serviços, como a utilização de vibradores, compactadores manuais, iluminação etc., os custos tanto para prover a infraestrutura necessária para a ligação elétrica como o pagamento da energia consumida correrão às custas da CONTRATADA.

4.14.1 – Caso não seja possível utilizar energia da distribuidora local, a CONTRATADA deverá instalar um gerador por conta própria, sem que seu uso implique em nenhum ônus à CONTRATANTE.

4.15 – Os operários (colaboradores) empregados na execução dos serviços objeto desta contratação deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados por intermédio de crachá, utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI) obrigatório. Não será permitida a permanência na obra de operários (funcionários) da CONTRATADA que não estiverem utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI).

4.16 – Deverão ainda ser atendidas as disposições previstas no Plano Diretor do município de Olímpia (Lei Complementar nº 245/2021) e do Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº 256/2021) quanto à mobilização, retirada e armazenamento de materiais de construção civil.

4.16.1 – Durante a execução das obras, a Contratada não poderá obstruir as calçadas de pedestres e acesso dos moradores, sendo que os materiais básicos e equipamentos deverão ser depositados em container, já os tubos de concreto poderão ser colocados na via pública interditada, com aprovação da fiscalização.

4.16.2 – A Contratada deverá realizar a limpeza constante das vias e calçadas a com utilização de caminhão pipa, para redução da poeira gerada durante os serviços de escavações, pois no local possui diversas moradias e estabelecimentos comerciais.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

4.17 – Subsidiariamente as normas previstas da ABNT NBR para execução dos serviços que compõem este objeto, deverão ser atendidas e as instruções técnicas em vigência do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (CBPMESP).

4.18 – A Contratada deverá comunicar o fiscal da obra sobre as interdições das vias com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a fim de ter tempo hábil para informar a Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana e também a Imprensa do Município para aviso nos canais de comunicação.

4.19 – A Contratada deverá realizar os reparos necessários nas redes/ramais existentes de água potável e esgoto que interferir na execução da obra, sendo que todos os reparos deverão ser discutidos e aprovados in loco pela Sabesp (responsável pelas redes do Município) antes da sua execução, com a participação do fiscal da obra.

4.20 – Visando ao pleno atendimento da necessidade pública, obrigatoriamente, a licitante vencedora deverá apresentar ao Gestor e Fiscal Técnico do Contrato, um cronograma de evolução da obra, das quantidades de serviços executados, segmentado semanalmente desde o efetivo início dos serviços até a sua conclusão. Este recurso visa prever eventuais riscos de atraso da conclusão do objeto e auxiliar o corpo técnico do órgão competente na tomada de decisões estratégicas subsidiando a CONTRATADA no que for de atribuição da CONTRATANTE.

4.20.1 – O cronograma de evolução da obra deverá ser enviado no e-mail do fiscal técnico do contrato, até às 16 horas do dia, todas as sextas-feiras ou no último dia útil da semana, quando precedido de feriado ou ponto facultativo dentro do calendário municipal, para apreciação do corpo técnico da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

Vistoria Prévia (Facultativa)

4.21 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto.

4.21.1 – A vistoria prévia poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.21.2 – A realização da vistoria prévia do local será de acordo com estabelecido no § 4º, do artigo 63, da Lei n.º 14.133/2021, cujo preposto, devidamente identificado, será acompanhado por profissional designado pela Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, através do e-mail: agendamento@olimpia.sp.gov.br ou do telefone (17) 3279-4860, durante o horário comercial, das 9h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto aos feriados e pontos facultativos. Após a realização da vistoria, será emitido o Termo de Vistoria Prévia, pelo departamento competente, que deverá ser juntado pela licitante na documentação para habilitação e participação no certame através da plataforma E-LICITA OLÍMPIA, disponível no site www.olimpia.sp.gov.br.

4.21.3 – Os agendamentos para a vistoria prévia deverão ser feitos com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através dos contatos mencionados no item anterior. Quando solicitada ou marcada para as sextas-feiras, deverão ser efetuadas preferencialmente no período da manhã.



Subcontratação

4.22 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.23 – Matriz de Riscos

4.23.1 – Tipo de Risco: Risco de Projeto / Estudo Técnico

Descrição do Evento: Falhas ou omissões em projetos, levantamentos topográficos ou estudos de solo fornecidos pela Administração.

Parte Responsável: Contratante

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Realizar revisões técnicas prévias, compatibilizar projetos e validar estudos antes da licitação.

4.23.2 – Tipo de Risco: Risco de Execução

Descrição do Evento: Erros construtivos, má execução dos serviços, uso inadequado de materiais ou não observância das especificações técnicas.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Implantar controle tecnológico, seguir rigorosamente o projeto executivo e garantir fiscalização contínua.

4.23.3 – Tipo de Risco: Risco de Suprimento / Logística

Descrição do Evento: Atrasos no fornecimento de materiais, equipamentos ou mão de obra especializada.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Planejar previamente a aquisição de insumos, manter cronograma atualizado e prever estoques mínimos.

4.23.4 – Tipo de Risco: Risco Climático

Descrição do Evento: Ocorrência de chuvas intensas ou eventos climáticos que prejudiquem o andamento das obras.

Parte Responsável: Compartilhado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Planejar o cronograma considerando períodos chuvosos, implantar drenagem provisória e adotar medidas de proteção.

4.23.5 – Tipo de Risco: Risco de Interferências Subterrâneas

Descrição do Evento: Existência de redes de água, esgoto, energia ou telecomunicações não mapeadas.

Parte Responsável: Compartilhado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Consultar previamente as concessionárias, realizar sondagens e, se necessário, readequar o projeto em comum acordo.

**4.23.6 – Tipo de Risco: Risco Ambiental**

Descrição do Evento: Ocorrência de contaminação de solo, lançamento inadequado de efluentes ou destinação incorreta de resíduos de obra.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Cumprir integralmente a legislação ambiental, utilizar caçambas licenciadas e dispor adequadamente os resíduos.

4.23.7 – Tipo de Risco: Risco Financeiro / Econômico

Descrição do Evento: Oscilação de preços de materiais e insumos que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parte Responsável: Contratante (nos casos imprevisíveis)

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Aplicar cláusulas de reajuste e revisão contratual conforme legislação vigente.

4.23.8 – Tipo de Risco: Risco de Segurança no Trabalho

Descrição do Evento: Acidentes de trabalho durante a execução da obra.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Elaborar e cumprir o PCMAT, garantir uso obrigatório de EPIs e promover treinamentos de segurança.

4.23.9 – Tipo de Risco: Risco de Fiscalização e Gestão Contratual

Descrição do Evento: Falhas na supervisão ou atraso em decisões por parte da Administração.

Parte Responsável: Contratante

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, com acompanhamento e registros periódicos.

4.23.10 – Tipo de Risco: Risco de Atraso na Execução

Descrição do Evento: Paralisações ou descumprimento de prazos por fato imputável ao contratado.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Elaborar planejamento detalhado, monitorar o cronograma e realizar gestão eficiente de equipe e recursos.

4.23.11 – Tipo de Risco: Risco de Fato do Príncipe / Caso Fortuito ou Força Maior

Descrição do Evento: Ocorrência de eventos imprevisíveis ou inevitáveis, como catástrofes naturais, pandemias ou alterações legislativas.

Parte Responsável: Contratante

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Aplicar reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação contratual, conforme o disposto em lei.

4.23.12 – Observações Gerais:

- A matriz visa garantir a alocação eficiente dos riscos, de modo que cada parte assuma aqueles sobre os quais tem melhor capacidade de gestão.
- O contrato deverá refletir integralmente esta alocação e prever seguros obrigatórios, como responsabilidade civil e acidentes de trabalho.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**Condições de execução**

5.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 – Será obrigatória a apresentação, pelo responsável técnico da obra, de ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) sendo indispensável sua apresentação para a formalização e assinatura do contrato.

5.1.2 – Na ART de execução da obra deverá constar a descrição geral do objeto no item observações, conforme descrito abaixo:

• *Execução de obra construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, vinculada ao Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo e o Município da Estância Turística de Olímpia, deverá conter também o número processo licitatório.*

5.1.3 – Deverão constar como atividades técnicas na ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) a Execução de Obras e/ou Serviços de Construção Civil de:

- 219,00 m (metro) de rede de drenagem / tubo de concreto de águas pluviais;
- 2.012,15 m³ (metro cúbico) de movimento de terra;
- 6,00 unid. (unidades) de poço de visita / caixa de transição;
- 7,00 unid. (unidades) de boca de lobo simples / dupla;
- 600,48 m² (metro quadrado) de pavimentação asfáltica em CBUQ.

5.1.3.1 – A Contratada deverá enviar a ART/RRT referente à execução do objeto, em formato definitivo para a Divisão de Projetos e Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura no seguinte endereço eletrônico: obras@olimpia.sp.gov.br, para solicitação da emissão do alvará de construção junto à Divisão de Licenciamento e Regularização.

5.1.4 – Em até 30 (trinta) dias, após a emissão do alvará, a CONTRATADA deverá inscrever a obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) conforme artigos 3º, 4º, 5º e 18º da Instrução Normativa da Receita Federal (RFB) nº 2061/2021.

5.1.5 – O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da autorização do setor competente da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

5.1.5.1 – As medições da obra serão realizadas periodicamente, de acordo com o avanço físico-financeiro do empreendimento, mediante a apresentação de documentação hábil pelo contratado e validação pelo fiscal do contrato.

5.1.5.2 – Os pagamentos ao contratado estarão vinculados às liberações de recursos oriundos do Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo e o Município da Estância Turística de Olímpia, observando-se as condições estabelecidas pelo referido instrumento.

5.1.5.3 – A primeira liberação de recursos ocorrerá após análise e aceite da documentação do processo licitatório pelo Agente Técnico do FEHIDRO. A documentação será encaminhada pela Contratante para análise da CONCEDENTE, após assinatura do contrato de execução da obra.

5.1.5.4 – Os desembolsos subsequentes estarão condicionados à existência de parecer favorável do Agente Técnico do FEHIDRO quanto à execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do empreendimento.

5.1.5.5 – Os pagamentos somente serão efetuados mediante comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como apresentação de documentos exigidos no Manual de Procedimentos Operacionais (MPO – Investimento) do FEHIDRO.

5.1.5.6 – A prestação de contas dos valores recebidos deverá ser apresentada pelo Município de Olímpia diretamente ao Agente Técnico e à DESENVOLVE SP, nos prazos e condições definidos no Contrato de Financiamento n.º 81/2025 e no MPO – Investimento.

5.1.5.7 – O não atendimento às condições estabelecidas no Contrato de Financiamento n.º 81/2025, em especial no que se refere às exigências técnicas, financeiras, fiscais e trabalhistas, implicará na suspensão das liberações até a devida regularização, sem ônus adicional para o Município.

5.1.6 – Após o recebimento da ordem de serviço e antes do início da execução, os representantes da contratada deverão reunir-se com os responsáveis pelo Setor de Fiscalização de Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura com a finalidade de integração do corpo técnico dos órgãos públicos ao da CONTRATADA, servindo para dirimir eventuais dúvidas e realizar esclarecimentos necessários, bem como discutir sobre implantação do canteiro de obras e demais assuntos que se fizerem pertinentes.

5.1.6.1. Em ambas as reuniões estará presente o Fiscal Técnico do Contrato.

5.1.7 – O responsável técnico ou o seu preposto deverá responsabilizar-se pela elaboração do diário de obras, elaborado nos moldes estabelecidos pela resolução n.º 1.096/2023 do CONFEA, de acordo com as recomendações do item 19.3 do Manual de Obras e Serviços de Engenharia do TCE/SP. Esse deverá ser apresentado à fiscalização técnica do contrato durante as vistorias, conforme regulamento do § 1º, do artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021.

5.1.8 – O responsável técnico da CONTRATADA deverá vistoriar a execução dos serviços, no mínimo duas vezes por semana.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

5.2 – Os resíduos de construção civil deverão ser destinados à reciclagem e os rejeitos encaminhados ao aterro sanitário, sendo os custos de destinação a cargo da CONTRATADA.

5.3 – Deverão ser cumpridos nos locais da execução as normas de segurança de trabalho vigentes, no que couber, em especial as Normas Regulamentadoras:

- NR-4 (Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho);
- NR-5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA);
- NR-6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);
- NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO);
- NR-9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos);
- NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade);
- NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos);
- NR-17 (Ergonomia);
- NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção);
- NR-21 (Trabalho a Céu Aberto) e
- NR-26 (Sinalização de Segurança).

5.4 – A obra deverá ser executada com mão de obra qualificada cumprindo a metodologias de execução prescritas pelas normas ABNT aplicáveis, nos critérios de medição e remuneração da CDHU atualmente vigente (Versão nº 198).

5.5 – As etapas da obra, bem como as previsões de pagamentos, prazos e afins estão previstas nos anexos do presente Termo de Referência, especificamente no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA.

5.5.1 – A Contratada deverá executar fielmente os serviços previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA, competindo-lhe a fiel execução do objeto, de forma a permitir que o setor competente da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais do município da Estância Turística de Olímpia, promova as prestações de contas dos recursos da 1ª, 2ª e 3ª parcela a ser repassado pelo CONCEDENTE, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo.

5.5.1.1 – Deverá ser executado pela contratada o valor total da parcela repassada, somado a contrapartida do município, para que a contratante realize os pagamentos, prestações de contas, solicite as vistorias pela fiscalização da concedente, entre outros tramites administrativos até a liberação da próxima parcela, conforme quadro a seguir:

Parcela	Repasse (R\$)	Contrapartida (R\$)	Total (R\$)	Executar na:
1ª	R\$ 470.076,92	R\$ 68.330,58	R\$ 538.407,50	1ª e 2ª medição
2ª	R\$ 226.139,88	R\$ 33.256,43	R\$ 259.396,31	3ª medição
3ª	R\$ 212.359,55	R\$ 31.241,36	R\$ 243.600,91	4ª medição
Total	R\$ 908.576,35	R\$ 132.828,37	R\$ 1.041.404,72	

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

5.5.2 – A Licitante ao participar do certame declara-se automaticamente ciente das condições de execução do objeto, vinculado ao repasse dos recursos do Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo. Não se traduzirá em responsabilidade do município o eventual atraso no desembolso dos recursos das parcelas do Convênio pelo CONCEDENTE, principalmente nos casos de atraso na execução da obra causados pela CONTRATADA.

5.5.2.1 – Subsidiariamente ao subitem anterior, a proponente deverá dispor de recursos suficientes para continuação do objeto seguindo o Cronograma Físico Financeiro, no caso de atraso do repasse do recurso do Termo de Convênio pela concedente a municipalidade, competindo-lhe o direito de recebimento pelos serviços prestados após a conclusão da obra, em até 90 dias após a aprovação das contas pelo departamento competente do Governo do Estado de São Paulo.

5.5.2.2 – Excepcionalmente, e, desde que formalmente autorizado pelo CONCEDENTE, a municipalidade poderá suportar o emolumento das medições dos serviços executados pela contratada até a conclusão do objeto com recursos próprios, no caso de atraso no repasse do valor da parcela do Convênio, durante a execução do objeto ou vencido o prazo estipulado no subitem 5.5.2.1.

Materiais a serem disponibilizados

5.6 – Para a perfeita execução das obras, a contratada deverá fornecer e utilizar materiais normatizados, homologados pelas normas da ABNT, ou outras aplicáveis quando da ausência desta no que tange aos requisitos de qualidade e durabilidade, de acordo com padrões especificados no memorial descritivo e nos critérios de medição e remuneração da tabela da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo n.º 198 (Referência Maio/2025).

5.7 – A aplicação de materiais de qualidade e durabilidade na execução das obras é requisito fundamental de sustentabilidade.

5.8 – Deverão ser utilizados os materiais especificados no memorial descritivo e na planilha orçamentária base.

5.9 – Todas as camadas do pavimento (subleito, sub-base, base e capa) deverão ser analisadas pela contratante antes da execução da camada superior, portanto, a medida que as camadas do pavimento estiverem concluídas, a contratada deverá informar o fiscal da obra com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas a fim de agendar e solicitar a realização dos ensaios.

Local e horário da prestação dos serviços

5.10 – O local de execução é a Rua Miguel Said Aidar, no trecho entre a Avenida Aurora Forti Neves e Avenida Cândido Bruniera, no bairro Santa Efigênia, dentro do perímetro urbano do município:

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Mapa/Desenho da área do projeto/obra, com as coordenadas superior esquerda e inferior direita do polígono retângulo da área.

5.11 – Os serviços poderão ser executados aos fins de semana, a critério da CONTRATADA, sendo que deverão ser observados os limites de ruído fixados pela Norma ABNT NBR 10.151/2019 em atendimento ao artigo 1.277, da Lei 10.406/2002 (código Civil).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.12 – A execução do objeto deverá contemplar o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para sua execução bem como aqueles relativos à segurança e isolamento do canteiro.

5.13 – A empresa deverá prever em seus custos as despesas diretas e indiretas, referentes à execução integral do objeto, por meio da apropriação dos Benefícios de Despesas Indiretas (BDI), bem como demais custos contidos nas especificações da obra, no edital e no instrumento contratual.

5.14 – A proposta orçamentária deverá ser formalizada de acordo com o modelo de FORMULÁRIO DA PROPOSTA que ficará disponível no ANEXO do Edital da licitação. A licitante melhor classificada deverá disponibilizar ao Agente de Contratação a proposta orçamentária em formato editável (xls ouxlsx) durante a fase de análise das propostas e definitivamente em formato pdf após a fase de habilitação.

5.15 – Deverá ser adotado pela contratada critério de arredondamento de 2 (duas) casas decimais para cima, através da função ARRED (número, num dígitos), artigos 59 e 63.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****Especificação da garantia do serviço**

5.16 – Para os serviços, o prazo de garantia exigido será de 5 (cinco) anos conforme § 6º, do artigo 140, da Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente ao Código Civil.

5.17 – A CONTRATADA deverá realizar todos os reparos e serviços necessários decorrentes de falhas de execução, vícios endógenos e demais que se fizerem necessários de acordo com os critérios de entrega provisória e definitiva da obra; o fiscal do contrato solicitará à CONTRATADA a execução dos reparos de acordo com o item 6.3.

5.18 – A CONTRATADA deverá ajustar o planejamento da execução da obra com o fiscal do contrato, em formato presencial ou através de canais eletrônicos, cujo prazo para execução e atendimento das solicitações não deveram exceder 5 (cinco) dias contados a partir do envio, sem prejuízo de incorrer em prazos menores quando ocorrerem situações de urgências/emergências no caso de problemas eventuais problemas estruturais no objeto.

5.19 – Em hipótese alguma a CONTRATADA deverá se negar a realizar os reparos que se fizerem necessários sob risco da aplicação das penalidades previstas no contrato.

5.20. Será exigida a garantia adicional do licitante vencedor, nos termos do § 5º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/21. A Garantia adicional deverá ser a de Seguro-garantia, com base no inciso II, do artigo 96, da NLLC.

5.21 – Será exigida a garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato do licitante vencedor, nos termos do artigo 98, da Lei nº 14.133/2021.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responderá pelos atos praticados que acarretarem em sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

6.3 – As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato assim o exigir, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5 – A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6 – A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o todo o período de execução da obra, podendo este ser o encarregado da obra, profissional designado ou mesmo o responsável técnico da empresa.

6.7 – A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****Fiscalização do Contrato**

6.8 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.9 – A fiscalização do contrato em questão ficará a cargo da servidora Milena da Silva Rocha, Engenheira Civil, lotado na Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, com contato através do e-mail: msrocha@olimpia.sp.gov.br e através do telefone: [\(17\) 3279-4860](tel:(17)3279-4860).

6.10 – O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VI);

6.11 – O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, II);

6.12 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, III);

6.13 – O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, IV);

6.14 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, V);

6.15 – O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VII).

6.16 – O Fiscal do Contrato deverá manter o diário de obras durante toda a execução do objeto, atualizando diariamente todas as ocorrências, de acordo com os padrões adotados pelos Tribunais de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) ou da União (TCU).

Gestor do Contrato

6.17 – O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, IV).

6.18 – A Gestão do contrato em questão ficará a cargo do servidor João Victor Buzzo Narcizo, Diretor da Divisão de Projetos e Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, com contato através do e-mail: jbuzzo@olimpia.sp.gov.br e através do telefone: [\(17\) 3279-4860](tel:(17)3279-4860).

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

6.19 – O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, II).

6.20 – O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, III).

6.21 – O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VIII).

6.22 – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, X).

6.23 – O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VI).

6.24 – Além do disposto acima, o gestor do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

6.25 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Planejamento de Compras para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 – A CONTRATADA deverá solicitar formalmente ao fiscal do contrato a medição dos serviços executados durante o mês, devendo encaminhar a ele, previamente, a planilha de medição por ela elaborada, a qual deverá guardar relação com a planilha orçamentária licitada a fim de auxiliar a medição.

7.2 – A CONTRATADA deverá entregar em cada medição, as fichas de controle de entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para processamento da medição dos serviços executados.

7.3 – O fiscal do contrato aferirá as quantidades unitárias dos serviços efetivamente executadas, de acordo com a evolução da obra, lavrando medições mensais, conforme o cronograma físico-financeiro anexo a este termo de referência, de acordo com o §5º, do artigo 92, da Lei nº 14.133/2021.

7.4 – As medições deverão ser apresentadas e assinadas pelo fiscal e pelo gestor do contrato, identificadas por numeração e acompanhadas de relatório e/ou diário de obra, que deverá conter o registro de ocorrências relevantes e das atividades desenvolvidas no

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

período, apresentando também o relatório fotográfico com o objetivo de demonstrar visualmente os serviços e ações referentes à respectiva medição e ao período.

7.4.1 – Tanto nas medições quanto nas notas fiscais deverá constar a indicação do processo licitatório e do Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo e o Município da Estância Turística de Olímpia.

7.5 – Predominará, para todo caso, a medição realizada pelo responsável pela fiscalização do contrato, e constatadas irregularidades:

7.5.1 – Será indicada a retenção, glosa ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.5.1.1 – Não produzir os resultados acordados;

7.5.1.2 – Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.5.1.3 – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.1.4 – No caso da possibilidade de ocorrência de jogo de planilha, nas situações em que se fizerem necessários acréscimos ou supressões, será utilizado o Método do Desconto (Acórdão nº 1.755/2004 – TCU – plenário), conforme artigo 128 da Lei nº 14.133/21.

7.6 – Caberá ao fiscal técnico do contrato e ao gestor avaliar as condições quanto à qualidade e a eficiência da execução dos serviços, garantindo a execução conforme a programação estipulada no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

7.7 – Após a finalização e conferência dos relatórios, o fiscal deverá solicitar a emissão da nota fiscal e encaminhá-la junto ao processo de medição para o que o gestor do contrato tome as providências cabíveis.

7.7.1. Os relatórios de medição deverão ser apresentados nos formatos PDF e XLSX.

7.8 – Caberá ao gestor do contrato emitir o laudo e encaminhar o processo para pagamento;

7.9 – Os laudos de medição deverão estar devidamente numerados de acordo com os respectivos boletins de medição, contendo informações relevantes ao contrato e a nota fiscal, podendo a critério do gestor, encaminhar documentos e relatórios complementares de acordo com a necessidade;

7.10 – Os pagamentos serão realizados seguindo a ordem cronológica de liquidação do setor competente da administração; as medições serão feitas mensalmente de acordo com o cronograma físico-financeiro do objeto, com base no §5º, do artigo 92, da Lei nº 14.133/2021.

7.10.1 – Os pagamentos das Notas Fiscais serão realizados pela administração contemplando os serviços medidos pela fiscalização do valor total contratado.

7.10.2 – Poderá ocorrer atraso na liberação e pagamento das Notas Fiscais de medições, em função de atrasos no repasse de recursos pela CONCEDENTE, conforme informado nos subitens 5.5.1, 5.5.1.1, 5.5.2, 5.5.2.1 e 5.5.2.1.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****Do recebimento**

7.11 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Artigo 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Artigos 21, X, e 22, VII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.11.1 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.12 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (inciso X, do artigo 21, do Decreto Municipal 8.720/2023).

7.13 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Artigo 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.14 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.15 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.15.1 – O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme o Artigo 119, da Lei 14.133/2021, conforme abordado nos itens anteriores.

7.15.2 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15.3 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15.4 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nos projetos básicos, executivos, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, caso não sejam identificados vícios e/ou reparos a serem executados pela contratada, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

aceitação mediante termo detalhado, após apresentação de toda a documentação exigida, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (artigo 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.17.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Planejamento de Compras para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19 – O prazo de recebimento permanecerá suspenso enquanto as inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança não forem sanadas, pela contratada.

7.20 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço tampouco a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, conforme os artigos 119 e 140 da NLLC.

7.21 – O recebimento definitivo do objeto está condicionado a entrega da Certidão Negativa de Débito (CND) emitida pela Receita Federal, conforme Instrução Normativa da Receita IN RFB 2021/2021, sendo responsabilidade da CONTRATADA.

Liquidação

7.22 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.23 – Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 – O prazo de validade;

7.23.2 – A data da emissão;

7.23.3 – Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 – O período respectivo de execução do contrato;

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.23.5 – O valor a pagar; e

7.23.6 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23.7 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.24 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

7.26 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

Prazo de pagamento

7.30 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.31 – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32 – Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.35 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 – Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 – Multa:

8.3.1 – Moratória, para a infração descrita no subitem “d”, de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.3.2 – Moratória de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.3 – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

8.3.4 – Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

- 8.3.5 – Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.
- 8.3.6 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- 8.3.7 – Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- 8.3.8 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.
- 8.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.7 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.8 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.9 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.10 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).
- 8.11 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.12 – Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.12.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.12.2 – As peculiaridades do caso concreto;
- 8.12.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.12.4 – Os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.12.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.13 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

8.14 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 da norma.

8.15 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.16 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.17 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, respeitados os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances de acordo com a alínea “a”, do inciso II, do artigo 55 da NLLC.

Regime de execução

9.2 – Será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, devidamente justificado no subitem 3.4.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.3 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1 – Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei Federal nº 14.133/21.

Habilitação jurídica

9.4 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.5 – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 – Sociedade empresarial estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10 – Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.11 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.19 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.21 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.21.1 – Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21.2 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.21.3 – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.21.4 – Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.22 – Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.23 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.24 – O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica Operacional

9.25 – Para fins de julgamento prevalecerá a qualificação técnica operacional da Licitante sem que essa implique em prejuízos à qualificação profissional ou experiência do responsável técnico escolhido pela empresa.

9.26 – A CONTRATADA deverá apresentar documento constando indicação do pessoal técnico da empresa, das instalações e equipamentos disponíveis para realização do serviço, de acordo com o Inciso III, artigo 67, Lei 14.133/2021.

9.26.1 – A CONTRATADA deverá apresentar declaração constando o pessoal técnico que irá compor a equipe que se responsabilizará pela execução dos serviços, devendo apresentar a qualificação técnica de cada membro, constando o nome completo e documento de identificação, do responsável técnico e/ou preposto, e/ou encarregado.

9.27 – Serão aceitos para fins de qualificação técnica operacional apenas certidões de acervo e/ou atestados emitidos em nome da razão social da empresa, para comprovação das quantidades mínimas dos itens unitários constantes no item 9.29.2, admitida a somatória dos respectivos atestados/certidões.

9.28 – Registro ou inscrição da empresa e do seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade.

9.29 – A apresentação, pela licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do artigo 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.29.1 – Os quantitativos relacionados no subitem 9.29.2, foram selecionados de acordo com o §1º, do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021, sendo selecionados os itens de valor significativo da tabela de referência para execução do objeto, os quais possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado para a contratação.

9.29.2 – A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Operacional – CAO, emitido pelo CREA, conforme a Resolução CONFEA nº 137, de 31/03/2023 ou CAT-O emitida pelo CAU, em nome de sua razão social, para fins de comprovação dos quantitativos dos itens unitários relacionados no quadro abaixo:

Item	Descrição (Item/Serviço)	Unidade	Quantidade Mínima
1	Tubo de concreto (PA-2), DN= 1500 mm	m	40,00
2	Tubo de concreto (PA-2), DN= 1000 mm	m	30,00
3	Boca de lobo dupla tipo PMSP com tampa de concreto	unid.	4,00
4	Concreto usinado, fck = 25 MPa	m³	25,00
5	Forma em madeira comum para fundação	m²	200,00
6	Armadura em barra de aço ca-50 (a ou b) fyk = 500 mpa	kg	2.500,00
7	Escoramento de solo contínuo	m²	120,00

9.29.3 – Em relação aos itens 4 a 7 da tabela do item 9.29.2, os mesmos referem-se aos serviços mais relevantes das composições de valor significativo que compõe o objeto nos termos do parágrafo 1º do art. 67 da NLLC;

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.30 – Será admitida para fins de comprovação de qualificação técnica operacional, as quantidades mínimas dos itens unitários constantes de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA vinculada a profissional responsável técnico, desde que em nome da razão social da empresa licitante, acompanhado dos atestados devidamente vinculados nas certidões, visto que a resolução CONFEA nº 137/2023, ter instituído o CAO, após o mês de março do ano de 2023.

Qualificação Técnica Profissional

9.31 – Engenheiro Civil ou Arquiteto com registro no respectivo conselho com experiência comprovada através de um ou mais atestados, devidamente registrados, no conselho da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT (engenheiro) ou CAT-A (arquiteto), expedidas por esse conselho, que comprove que o responsável técnico tenha executado obras ou serviços de características semelhantes de acordo com o Inciso I, do artigo 67, da Lei 14.133/2021.

9.32 – Para fins de qualificação técnica profissional serão admitidas a apresentação de atestados emitidos por entidades públicas ou privadas, conjuntamente com a apresentação de ART que comprovem a experiência do profissional na execução dos serviços a serem contratados, ou similares, conforme o Inciso I, do artigo 67, da Lei 14.133/2021.

9.32.1 – O profissional responsável técnico indicado pela CONTRATADA deverá comprovar que tenha executado obras de infraestrutura urbana, de sistemas de drenagem de águas pluviais ou de redes de abastecimento, coleta e afastamento de sistemas hidrossanitários ou similares, conforme abaixo:

- *Comprovar por meio da apresentação de ART e ATESTADO, emitido por empresa pública ou privada que tenha executado obras de infraestrutura urbana, de redes coletoras de águas pluviais com no mínimo 100 metros de expansão.*

9.33 – O profissional cuja CAT, ATESTADO e ART foram utilizadas para fins de habilitação profissional nesta licitação deverá ser o responsável técnico da obra na execução do contrato.

9.34 – A ART de execução da obra deverá ser emitida pelo profissional responsável técnico apresentado pela licitante nos moldes deste termo de referência.

9.35 – Não será permitida para fins de qualificação operacional, a comprovação das quantidades mínimas dos itens constantes na tabela do item 9.29.2, através de apresentação de certidão de acervo técnico (CAT) unicamente em nome do profissional.

9.36 – Os responsáveis técnicos deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por meio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços; com contrato firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional; caso a licitante se sagre vencedora do certame.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.37 – No decorrer da execução do serviço, os profissionais indicados pela licitante poderão ser substituídos, nos termos do § 6º, do artigo 67, da Lei 14.133/2021, por outros profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.38 – Nos termos do § 12º, do artigo 67, da Lei 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma do regulamento, tenham dado caso à aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional ou de sua responsabilidade.

9.39 – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras documentações

9.40 – Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração;

9.41 – Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo, caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial;

9.42 – Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

9.43 – Declaração de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente Termo de Referência e Edital;

9.44 – Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;

9.45 – Declaração de disponibilidade da equipe técnica, dos equipamentos e do profissional responsável técnico, que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme o item 9.26 deste termo de referência.

9.46 – Declaração preenchida em papel timbrado da licitante e assinada por seu representante legal, de que cumpre com as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários, especialmente as relativas a NR-4, NR-5, NR-6, NR-7, NR-9, NR-10, NR-12, NR-17, NR-18, NR-21 e NR-26.

9.47 – Declaração que apresentará garantia da contratação 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com os artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133, de 2021, no

percentual indicado e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua;

9.48 – Declaração de fornecimento e utilização de materiais de boa qualidade e durabilidade, normatizados e homologados pelas normas da ABNT.

9.49 – Declaração que, atende as regras e normas da ABNT, na legislação específica;

9.50 – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.51 – A proponente deverá apresentar “**Certificado de Visita Técnica**”, que será emitido pelo órgão licitante no ato da visita;

9.51.1 – O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, deverá apresentar declaração conforme Anexo XIV deste Edital. Estando ciente da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica.

9.52 – A empresa contratada declarará através de declaração única as informações acima, conforme anexo constante no Edital.

10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 – O custo estimado total da contratação conforme planilha orçamentária base anexa ao presente termo de referência é no valor total de R\$ 1.041.404,72 (um milhão, quarenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e dois centavos).

11 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

11.1 – Licitantes cujas propostas forem inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor global orçado pela administração deverão apresentar garantia adicional cujo valor deverá corresponder a diferença entre a proposta e o valor de referência adotado pela administração, conforme §5º, artigo 59, da Lei 14.133/2021.

11.2 – Propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração serão consideradas presumivelmente inexequíveis, cabendo a licitante o ônus de provar sua exequibilidade de acordo com §2º, artigo 59, nos moldes do §5º, do artigo 56, da Lei nº 14.133/2021; sem prejuízo da solicitação de informações complementares que se fizerem necessárias por parte do setor técnico responsável pela análise das propostas, devendo abrir as composições de custo apresentadas constantes em sua proposta.

11.3 – As propostas serão analisadas de acordo com o método da limitação do preço unitário (MLPU), levando-se em conta o valor global e dos itens unitários, devendo ser inferiores aos preços de referência adotados na planilha orçamentária base que compõe o edital.

11.4 – Para fins da análise de aceitabilidade das propostas serão observadas além das disposições contidas neste termo de referência, os critérios estabelecidos nos art. 59 e 63 da NLLC, e na Súmula nº 258 – TCU.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

12.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município da Estância Turística de Olímpia – SP.

12.1.1 – Não haverá reserva orçamentária para o ano de 2025, pois a presente contratação só iniciará no exercício de 2026, devido aos prazos legais de contratação, envio da documentação a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo, que realizará análise dos documentos e posteriormente realizará o pagamento da 1ª parcela do repasse do convênio, podendo ainda ser prorrogado o início da obra, caso ocorra a liberação do recurso em período de chuva.

12.2 – A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

12.2.1 – Recurso Estadual – R\$ 908.576,35:

12.2.1.1 – 02.00.00 – Prefeitura Municipal;

12.2.1.2 – 02.12.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura;

12.2.1.3 – 02.12.02 – Divisão de Projetos e Obras Públicas;

12.2.1.4 – Classificação Funcional – 15.451.0031.1.002– Obras e Instalações

12.2.1.5 – Natureza da Despesa – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;

12.2.1.6 – Fonte do Recurso – 02;

12.2.1.7 – Ficha Orçamentária – 354;

12.2.1.8 – Vinculo Detalhado – 02.100.0736.

12.2.2 – Recurso Próprio (Contrapartida) – R\$ 132.828,37:

12.2.2.1 – 02.00.00 – Prefeitura Municipal;

12.2.2.2 – 02.12.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura;

12.2.2.3 – 02.12.02 – Divisão de Projetos e Obras Públicas;

12.2.2.4 – Classificação Funcional – 15.451.0031.1.002– Obras e Instalações

12.2.2.5 – Natureza da Despesa – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;

12.2.2.6 – Fonte do Recurso – 01

12.2.2.7 – Ficha Orçamentária – 354;

12.2.2.8 – Vinculo Detalhado – 01.110.0000 – Tesouro.

13 – RELAÇÃO DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

13.1 – Anexo I – Planilha Orçamentária Base;

13.2 – Anexo II – Formulário Proposta;

13.3 – Anexo III – Cronograma Físico-Financeiro;

13.4 – Anexo IV – Memorial Descritivo;

13.5 – Anexo V – Projetos Completos (básicos e executivos);

13.6 – Anexo VI – Composição do BDI;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE



CUIDANDO DO NOSSO FUTURO

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

13.7 – Anexo VII – Documentos Complementares.

Estância Turística de Olímpia.

**CAIQUE ALEXANDRE DE OLIVEIRA
BORBA**

Responsável pela elaboração do
instrumento

MILENA DA SILVA ROCHA

Engenheira Civil
Fiscal do Contrato

JOÃO VICTOR BUZZO NARCIZO

Diretor da Divisão de Projetos e Obras
Gestor do Contrato

LEANDRO PIERIN GALLINA

Secretário Municipal de Obras, Engenharia
e Infraestrutura
Ordenador da Despesa